



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Corregedoria do Foro Extrajudicial

Diretoria de Correição e Serviços de Apoio

Coordenadoria de Orientação e Correição do Foro Extrajudicial

PROVIMENTO Nº 175 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a utilização de mídias sociais e a veiculação de publicidade institucional pelas serventias extrajudiciais do Estado de Goiás.

O CORREGEDOR DO FORO EXTRAJUDICIAL, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a competência do Poder Judiciário para fiscalizar os serviços notariais e de registro, conforme disposto no artigo 236, § 1º, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que compete ao Corregedor do Foro Extrajudicial editar ou baixar atos administrativos ou normativos necessários ao aperfeiçoamento das atividades notariais e de registro, conforme estabelecido nos artigos 14, II, e 35 do Regimento Interno da Corregedoria-Geral de Justiça e da Corregedoria do Foro Extrajudicial (Resolução n.º 287/2025);

CONSIDERANDO que o Decreto Judiciário n.º 2.142/2023 instituiu a Política de Comunicação Social do TJGO, com princípios de transparência, interesse público, acessibilidade e responsabilidade institucional;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação específica, no âmbito do foro extrajudicial, sobre o uso de plataformas digitais para fins de divulgação institucional e informativa das atividades notariais e registrais;

CONSIDERANDO a necessidade permanente de atualização, de revisão e de retificação das normas editadas pela Corregedoria do Foro Extrajudicial;



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Corregedoria do Foro Extrajudicial

Diretoria de Correição e Serviços de Apoio

Coordenadoria de Orientação e Correição do Foro Extrajudicial

CONSIDERANDO a deliberação da Comissão de Legislação e Controle dos Atos Normativos da Corregedoria – Geral da Justiça em ata de reunião;

CONSIDERANDO o que consta dos autos do Proad n.º 202507000653446;

RESOLVE:

Art. 1º O art. 41 do Código de Normas e Procedimentos do Foro Extrajudicial do Estado de Goiás – CNPFE passa a vigorar acrescido dos §§ 1º, 2º, 3º e 4º, com a seguinte redação:

“Art.

41.....

.....

.....

§ 1º Os delegatários e responsáveis interinos pelos serviços extrajudiciais deverão comunicar à Corregedoria do Foro Extrajudicial a criação ou alteração de perfis institucionais em redes sociais, bem como de páginas eletrônicas, por meio do preenchimento do campo próprio disponibilizado no Sistema Extrajudicial Eletrônico – SEE.

§ 2º A criação e a manutenção de perfis ou páginas institucionais (home pages) em redes sociais, pelas serventias extrajudiciais, deverão observar, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I – identificação da serventia e do responsável pela administração do perfil, nos termos deste Código de Normas;

II – utilização de linguagem técnica, respeitosa, acessível e impessoal;



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Corregedoria do Foro Extrajudicial

Diretoria de Correição e Serviços de Apoio

Coordenadoria de Orientação e Correição do Foro Extrajudicial

III – vedação de manifestações de cunho político-partidário, religioso ou discriminatório;

IV – disponibilização de canal de contato destinado ao recebimento de sugestões e reclamações dos usuários dos serviços extrajudiciais, com referência expressa aos canais oficiais da Corregedoria do Foro Extrajudicial (Serviço de Atendimento ao Usuário – SAU) e da própria serventia;

V – vedação de utilização de recursos para impulsionamento, promoção ou divulgação, remunerada ou não, de conteúdos publicitários, em quaisquer plataformas físicas ou digitais.

§ 3º É vedada a utilização da logomarca do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás em quaisquer publicações, digitais ou impressas, salvo mediante autorização expressa da Assessoria de Comunicação Social do TJGO.

§ 4º A Corregedoria do Foro Extrajudicial poderá determinar a suspensão, exclusão ou adequação de conteúdos veiculados em home pages ou perfis institucionais das serventias extrajudiciais que contrariem os princípios da publicidade institucional e da moralidade administrativa, infringjam normas técnicas aplicáveis ou revelem conduta incompatível com a dignidade, a finalidade pública ou a credibilidade da atividade notarial e registral, sem prejuízo da apuração disciplinar cabível.

Art. 2º O art. 178 do Código de Normas e Procedimentos do Foro Extrajudicial do Estado de Goiás – CNPFE passa a vigorar acrescido do § 13, com a seguinte redação:



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Corregedoria do Foro Extrajudicial

Diretoria de Correição e Serviços de Apoio

Coordenadoria de Orientação e Correição do Foro Extrajudicial

“Art.

178......

.....

.....

§ 13. É vedada a contratação de empresas de criação, gestão e manutenção de mídias sociais, salvo nas serventias sob intervenção se realizadas pelo delegatário afastado.

Art. 3º Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação no Diário da Justiça Eletrônico.

GABINETE DA CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL, em Goiânia, datado e assinado digitalmente.

DESEMBARGADOR ANDERSON MÁXIMO DE HOLANDA

Corregedor do Foro Extrajudicial

ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Para validar este documento informe o código 118079379359 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>
Nº Processo PROAD: 202507000653446 (Evento nº 31)

ANDERSON MÁXIMO DE HOLANDA
CORREGEDOR DO FORO EXTRAJUDICIAL
GABINETE DO CORREGEDOR DO FORO EXTRAJUDICIAL
Assinatura CONFIRMADA em 11/12/2025 às 16:06

